

Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense

Analysis of the dynamics of industrial production in the Paraná Interior

Tania Maria Fresca

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O trabalho discute aspectos para uma análise geográfica da economia contemporânea a partir da relação entre rede urbana norte-paranaense e produção industrial. Aponta algumas tendências de estudos efetuados e chama a atenção para pesquisas sobre a industrialização e suas articulações com as cidades, mediante participação na divisão territorial do trabalho.

Palavras-Chave: Geografia. Economia contemporânea. Industrialização. Rede urbana. Paraná.

Abstract: This study discusses some aspects that are necessary for a geographical analysis of the contemporary economy, mainly based on aspects of the urban network of Northern Paraná and its industrial production. Some trends of recent studies on this subject have been indicated that call attention for researchers on the industrialization process citing mainly the articulations between industry and the cities, and using an approach based on the territorial division of labor.

Keywords: Geography. Contemporary economy. Industrialization. Urban network. Paraná.

INTRODUÇÃO

As perspectivas e possibilidades para análises geográficas da economia contemporânea permitem reflexões sobre alguns elementos dessa economia, ou do que se está por assim entender. Quais os elementos que mais se destacam na literatura geográfica acerca desta economia contemporânea? Neste estudo levantam-se alguns pontos a partir dos quais será possível encaminhar discussões sobre perspectivas para análises geográficas.

A globalização e o neoliberalismo ainda são colocados como referenciais para

o entendimento de vários aspectos da economia mundial na atualidade e particularmente da nacional. Tem sido muito comum ler explicações de que acontece isso ou aquilo por causa da globalização e do neoliberalismo, mas cujos sentidos e significados ainda ficam obscuros mediante tantas interpretações. Face a essas interpretações (HOBBSBAWN, 200; IANNI, 1996; HIRST, THOMPSON, 1998, etc), restringe-se aqui a abordagem de poucos autores da geografia, de modo a atender aos objetivos do texto.

Benko (1996) entende a globalização a partir da organização da produção mun-

dial como um sistema global, composto por mosaicos de regiões produtivas especializadas, cada vez mais dependentes de outras regiões. Neste sentido, o autor entende que o mesmo ocorreu após a crise do capitalismo de 1973, marcando o fim da acumulação fordista, e associa globalização ao processo de expansão das grandes empresas por intermédio de filiais dispersas em diversos países. Ao mesmo tempo entende que a globalização corresponde a uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo pautado na flexibilização ou acumulação flexível. São bastante simplistas as idéias apresentadas na medida em que a produção tem sido realizada como sistema global há muito tempo, caso contrário o que fazer com o conceito e as diferentes etapas da divisão internacional do trabalho, tão fundamental às análises geográficas?

Da mesma forma, associar a globalização à expansão das grandes empresas por intermédio de filiais interdependentes, é esquecer os longos e complexos processos de desenvolvimento do sistema capitalista. Lênin (1989) explicou que desde o final do século XIX estava em curso a implantação do imperialismo e a expansão das multinacionais era apenas uma de suas facetas. Fim da acumulação fordista? Ou uma reestruturação industrial toyotista como nos coloca Mamigonian (2001)? Outra interpretação é de Santos (2000) que entende a globalização como fábula e perversidade. Fábula porque a entende como um conjunto de “fantasias” criadas por aparelhos ideológicos como forma de impor idéias ao mundo para continuidade do sistema, onde se ressalta o encurtamento espaço-tempo, a idéia da homogeneidade, instantaneidade, dentre outros. Mas é perversidade, ampliando a pobreza, a exclusão social, a fome, etc.

Do ponto de vista do espaço, o autor coloca que este ganha novos contornos,

características, definições e importância, já que a “[...] eficácia das ações está estreitamente relacionada com sua localização” Santos (2000, p. 79). No jogo competitivo das grandes corporações, novas lógicas são impostas ao território onde os sistemas técnicos e de informação são peças importantes no movimento da sociedade. Contudo, globalização e neoliberalismo são entendidos aqui conforme Mamigonian (2001) como duas idéias-forças criadas pelo imperialismo norte-americano a partir dos anos de 1980, como alternativa para impor ao mundo medidas e políticas em direção à manutenção de sua hegemonia. Significam a continuidade das imposições e embates das relações centro-periferia, onde o centro do sistema capitalista impõe diferentes técnicas, mecanismos e idéias na tentativa de controle e imposições diversas sobre os países periféricos. Isto tem implicado em profundos conflitos entre ambos os lados com alguns vencedores como é o caso da Argentina, que conseguiu renegociar sua dívida externa com taxas de juros compatíveis e acima de tudo, reduziu drasticamente suas taxas internas de juros, possibilitando ao país crescimento da ordem de dois dígitos; e com perdedores como é o caso do Brasil, que ainda não conseguiu galgar degraus para romper com as amarras, a começar pela taxa interna de juros básicos da economia, da valorização do dólar e câmbio flutuante.

Gomes (1999), também entende a globalização a partir de um elevado índice de ideologização na medida em que é assumida como elemento principal do ultraliberalismo conservador nos países centrais. Mediante a crise das estratégias de desenvolvimento econômico desde a década de 1970, forjou-se expressões como globalização nas escolas de administração de empresas e popularizou-se nas estratégias de marketing internacional e passaram a ser assumidas pelo discurso

hegemônico. Apoiados em tais idéias, o neoliberalismo passou a pregar mediante autores da globalização transnacional uma série de ajustes na economia, que segundo Mamigonian (2001) combinou medidas como a retomada da corrida armamentista, a reestruturação industrial toyotista, combinação de protecionismo e abertura comercial, desregulação das relações trabalhistas, financeira e de certos setores produtivos, um novo papel dos seus intelectuais domesticados, etc.

Outro tema bastante recorrente na literatura para o entendimento da economia contemporânea tem sido a denominada reestruturação produtiva. De modo geral, a literatura corrente procura explicitar que a reestruturação produtiva envolve um conjunto de diferentes mudanças na produção propriamente dita e em algumas relações sociais, especialmente ligadas ao toyotismo, que muitos preferem denominar de acumulação flexível (HARVEY, 1999), e na esteira dessa discussão vem a desconcentração, descentralização, transferências industriais, reestruturação do território, terceirização, discussões sobre a qualificação do trabalhador para realização da polivalência, dentre outros.

A reestruturação produtiva continua a ser elemento fundamental na continuidade do avanço do sistema capitalista, senão como explicar o taylorismo, fordismo e próprio toyotismo? Neste caminho uma das questões que mais chama a atenção é a tentativa que vários autores fazem de homogeneizar o que no próprio sistema é contraditório, isto é, enquanto determinadas unidades realizam a produção por intermédio do toyotismo, outras tantas utilizam-se de sistemas fordistas e por vezes inúmeros elementos do toyotismo em suas produções. Reestruturação produtiva deve ser entendida como uma possibilidade de se realizar a produção, mas isso não ocorre de modo homogêneo. Igualmente,

a retomada das discussões sobre desconcentração industrial tem sido colocadas como se isso fosse novo, esquecendo-se de que nos anos de 1970 houve no estado de São Paulo um importante processo de desconcentração industrial para o interior, facilitado por ações e investimentos do poder público (LENCIONE, 1994; PACHECO, 1999).

E aí emergem as discussões sobre guerra fiscal, embora perniciosa em várias situações, ainda manifesta o papel do Estado como um agente de financiamento e apoio à produção no modo de produção capitalista. Na esteira das discussões envolvendo a reestruturação produtiva, emerge ainda a chamada reestruturação do território que na literatura recente aparece sob diferentes concepções, sejam elas econômicas, jurídicas, políticas, poder, dentre outras. Pluralidade esta que por um lado manifesta enormes possibilidades de estudos, mas deve ser refletido como território usado, utilizado por uma dada população, conforme Santos (2002) nos colocava, manifestando assim poder, relações sociais.

Um terceiro ponto a ser ressaltado como um dos elementos da discussão da economia contemporânea tem sido a tecnologia. Esta tem sido colocada como uma das principais razões para a não retomada do desenvolvimento, isto é, os países periféricos continuam periféricos porque não tem tecnologia. Mas a tecnologia é ponto nevrálgico do capitalismo desde a Primeira Revolução Industrial. Ocorre que em épocas mais expansivas da economia internacional, os países centrais acabam por não impedir a chegada de novas tecnologias aos países periféricos; mas em tempos de crise e de contração da divisão internacional do trabalho, as possibilidades de acessar/comprar a novíssima tecnologia tornam-se mais difíceis. Mas não é impeditivo ao desenvolvimento da periferia, isto é, pode-se usar a tecnologia de outra gera-

ção para alavancar a imensa capacidade de produzir que países periféricos possuem - na forma de terra, capital, trabalho - articulados às inovações. Processo esse que Rangel (1986) há muito explicava sobre a dialética da capacidade ociosa.

Esses três pontos selecionados permitem que se encaminhem algumas abordagens geográficas para a economia contemporânea, a partir das quais dar-se-á destaque fundamental ao estado do Paraná, especialmente a porção norte do estado.

ANÁLISE DA DINÂMICA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO INTERIOR PARANAENSE

O objetivo aqui é iniciar a abordagem geográfica de um dos aspectos da economia contemporânea, entendida neste estudo como aquilo que é do mesmo tempo, que vive na mesma época, conforme ensina Aurélio Buarque de Holanda, permitindo entender que o contemporâneo liga-se com a "[...] existência de um tempo vivido por diferentes agentes sociais num presente determinado" (SANTOS, 2008). E é nesta diversidade que temos a produção industrial em uma análise geográfica.

O Paraná tem sido considerado na atualidade um dos estados onde tem ocorrido importante crescimento industrial no contexto nacional. A partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 1985-2004), pode-se verificar as fortes oscilações em termos do número de trabalhadores e de estabelecimentos para o estado. No intervalo de 1985-1996, o Paraná apresentou a seguinte dinâmica: de 1985-96 aumentou fortemente o número de estabelecimentos; de 1985-1994 aumentou o número de trabalhadores, e em 1996 esse número continuou a aumentar. Entre 1996-2000 ocorreu forte redução no número de estabelecimentos para o Paraná, enquanto os índices dos trabalhadores

para o estado apresentaram taxas positivas de crescimento. De 2002-2004 observa-se retomada do processo de crescimento do número de estabelecimentos, enquanto o número de trabalhadores oscilou bastante: no Paraná o índice de crescimento foi de 15,21% entre 2000-2002; 5,27% entre 2002-2003 e 11,62% entre 2003-2004. Além das fortes oscilações em termos de evolução do número de trabalhadores e estabelecimentos evidencia-se que o Paraná em 1985 representava 7,32% dos estabelecimentos e 4,48% do total de trabalhadores do Brasil na indústria de transformação para atingir em 2004 respectivamente 8,77% e 8,09% em sua participação nacional.

O primeiro aspecto a ser considerado são as políticas e medidas econômicas adotadas pelo governo federal ao longo dos anos de 1980, que na busca de controlar a inflação e encontrar caminhos para a retomada do crescimento nacional adotou planos econômicos contracionistas que não resultaram em rompimento dos nós de estrangulamento (RANGEL, 1986). Acrescenta-se ainda que nesta década os países centrais, em especial os EUA, buscavam soluções diversas para a crise de sua economia inaugurada a partir da crise do petróleo e uma delas foi a forçosa cobrança dos juros da dívida externa brasileira, ao ponto do então presidente José Sarney (1986) ter decretado, por tempo curto, a moratória. Não se pode esquecer a forte influência das políticas do governo Margareth Thatcher e de Reagan que acabaram impondo duas idéias forças (MAMIGONIAN, 2003): a globalização e o neoliberalismo. Estes elementos gerais acabaram por afetar a economia brasileira que viu seus índices de crescimento muito rebaixados comparativos àqueles dos anos de 1970, ao ponto da década de 1980 ser adjetivada de "década perdida"¹. No en-

¹ Vale ressaltar que o início do ciclo recessivo do sistema capitalista iniciado a partir de 1973 com a crise do petróleo, não afetou de imediato a economia brasileira, tendo em vista que os

tanto, o setor industrial apresentou relativa expansão entre 1985-1990, muito vinculado aos efeitos dos diversos planos econômicos (Verão, Bresser, Cruzado, etc.) no que tange ao congelamento e tabelamento dos preços, salários com reajustes pré-fixados compatíveis aos índices oficiais da inflação, permitindo aumento do consumo de bens de consumo não duráveis e alguns itens dos bens duráveis.

Não deixa de ser importante ressaltar que ao longo da segunda metade da década de 1980, diante do quadro econômico geral, um dos setores que apresentou forte crescimento foi a construção civil com correlata expansão nos gêneros industriais fornecedores de matérias primas. Como ensina Rangel (1986), em tempos de forte inflação o consumidor procura, de modo geral, investimentos seguros como são os casos dos imóveis. Neste momento verificou-se forte verticalização em Londrina, Maringá, Ponta Grossa e menos intensa em Apucarana, Cascavel, dentre outras.

No último quartel dos anos de 1980, o Paraná apresentou crescimento no setor industrial, mas com diferenças no que diz respeito aos setores. Enquanto a Região Metropolitana de Curitiba tinha sua dinâmica de crescimento fortemente apoiada na refinaria de petróleo em Araucária, outras indústrias químicas, metalúrgica, material elétrico, mecânico, dentre outros, cuja criação em 1973 da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, por ações estatais teve importante contribuição para essa expansão industrial, o interior do Paraná prosseguiu em outra direção. Esta era dada pela agroindustrialização que desde os anos 1970, através das cooperativas, vinha em forte atuação ganhando maior dinamismo ligado aos produtos como soja, trigo, cana-de-açúcar, fiação, etc. Agora não somente com a presença das cooperativas, mas com

a atuação de grupos de capital estrangeiro ligados à agroindustrialização. De um modo geral, Fresca (2004, p.211) explica que o fato do Paraná ter desempenho relativamente satisfatório na segunda metade dos anos de 1980, devem ser creditados: a) à agropecuária e agroindústrias que ainda foram as responsáveis pela geração de quase 50% da renda gerada no Estado no final dos anos 1980; b) e a implantação e/ou maturação de empresas ligadas aos ramos mais dinâmicos com maior incorporação tecnológica como microcomputadores, ônibus e caminhões, fertilizantes nitrogenados, refrigeradores e freezers, bem como inversões em cimento, papel, madeira e café solúvel entre 1986-1988.

A partir dos anos 1990 com a ascensão de Collor ao poder adentramos numa etapa de profundas mudanças econômicas, impostas inicialmente por medidas de seu plano econômico com vistas a reduzir a inflação e permitir nova etapa de crescimento. Contudo, já está bastante explicado os efeitos das ações de Collor, mas com destaque para o confisco de poupança, abertura do mercado interno aos produtos estrangeiro, e o início do processo de privatização das estatais. Nesse processo neoliberal como imposição de interesses estrangeiros, o setor industrial de capital nacional foi rapidamente afetado negativamente, haja vista que parcela dos ramos industriais não estavam preparados² para a concorrência com os produtos estrangeiros que apresentavam menores custos produtivos e maior incorporação de inovações.

Esse foi um processo apenas iniciado por Collor, que depois do impeachment, o governo de Itamar Franco conseguiu, até certo ponto, amenizar a forte crise nacional. Foi a partir de 1994, com a implantação do

investimentos estatais realizados até então, tiveram seu tempo de maturação até o final dos anos 1970. Só a partir de 1980, os índices de crescimento foram muito rebaixados.

² Como o mercado interno estava protegido, diversos ramos industriais não haviam ainda realizado os necessários investimentos em suas reestruturações produtivas, incluindo-se aí, incorporação de inovações, aumento de produtividade, investimento em máquinas e equipamentos, adotando elementos ou a totalidade do toyotismo, dentre outros.

Plano Real pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso – FHC- que teve inicialmente o controle forçoso da inflação. Mas a ascensão de FHC ao poder por duas legislaturas (1995-2002) resultou num dos momentos mais críticos para o setor industrial nacional, pois o mesmo adotou quase todas as imposições do neoliberalismo e da globalização. Deu seqüência à privatização das estatais, especialmente aquelas que estavam com capacidade ociosa³ e para o qual houve inclusive financiamento do BNDES, para a aquisição das empresas, em grande parte pelo capital estrangeiro. O próprio BNDES (www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes) mostrou a evolução da venda das estatais deixando claro o processo de desnacionalização da indústria brasileira. Isto porque, aquelas que não foram compradas passaram por processos de fusões e perda do controle acionário, incluso aí empresas privadas nacionais.

Foi no governo FHC que também houve facilidades para a grande entrada dos bancos estrangeiros adquirindo bancos estatais e outros privados, mas isso não significou nossa entrada no verdadeiro capitalismo financeiro, onde bancos são agentes fundamentais de financiamento à produção. Muito pelo contrário, a elevação das taxas de juros já garantiam a esses bancos os vultuosos lucros. As modificações nas taxas e câmbio (flutuante), a desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outros afetaram negativamente a evolução da dinâmica de desenvolvimento econômico-social brasileiro. Inclui-se neste processo, a acentuação da guerra fiscal, um processo por demais pernicioso, onde parcela dos governos estaduais de um modo geral, passaram a conceder todos os incentivos possíveis na luta por atrair

plantas industriais para seus Estados, não importando se novas ou aquelas oriundas de transferências industriais, se nacionais ou de capital estrangeiro. E o estado do Paraná durante as gestões de Jaime Lerner (1995-2002), foi exemplar nesse processo de guerra fiscal, concedendo empréstimos, desrespeitando legislação ambiental, abrindo mão de impostos para no final das contas, gerar um relativo reduzido número de empregos diretos pelas indústrias automobilísticas.

Entretanto, no processo de guerra fiscal, o interior também foi afetado na medida em que passou a receber transferências de plantas industriais para várias cidades do norte-paranaense, não exclusiva. Contudo, aqui vale a pena ressaltar que algumas das unidades transferidas não foram assim tão beneficiadas pelos estímulos fiscais. Estavam em realidade na busca de melhores localizações industriais para fazer frente, via redução dos custos produtivos, aos processos de abertura de mercado interno, fosse empresas de capital nacional ou internacional. A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) também não provocou grandes alterações na implantação de medidas e políticas com vistas ao desenvolvimento nacional. Envolto em crises e escândalos políticos, deu continuidade à política neoliberal. Exceção deve ser feita ao projeto das Parcerias – Público - Privadas – PPP, que aprovado em dezembro de 2005, ainda não foi regulamentado, o que poderia ter criado algumas condições para que se principiasssem investimentos em infra-estrutura. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – no início de 2007 não conseguiu todos os elementos políticos e econômicos para deslanchar, embora já tenha começado os importantes investimentos em infra-estrutura.

No processo de não se criar caminhos para a retomada do desenvolvimento

³ Quando nos referimos a capacidade ociosa, estamos explicitando que boa parte das estatais vendidas, eram empresas que não demandavam grandes investimentos, isto é, não estavam inclusas no grupo de empresas/setores estrangulados, que segundo Rangel (1986) poderiam ser alvo de concessão ao capital privado em especial o nacional, como é o caso da infra-estrutura.

nacional, os dados da indústria de transformação no Brasil, demonstraram que entre 1985-2004 a indústria perdeu em termos de número de trabalhadores, com crescimento de cerca de 10% entre as duas datas apresentadas, embora o número de estabelecimentos tenha ampliado em cerca de 275%. Neste item o mesmo ocorreu com o estado de São Paulo, mas o número de trabalhadores em 2004 ainda era menor que o de 1985, conforme Brasil (1985-2004). Em parte este não crescimento do número de trabalhadores está ligado ao processo de aumento da produtividade do trabalho pois as inovações e modificações no sistema organizacional produtivo em direção ao toyotismo para setores, impôs polivalência do trabalhador acrescidos de ganhos de produtividade no trabalho, mas sem a efetiva recompensa salarial por tal produtividade. Diferente foi o a situação no estado do Paraná cujo crescimento dos estabelecimentos entre 1985-2006 foi de cerca de 350% e de trabalhadores foi de cerca de 100%.

Isso pode ser verificado a partir dos mapas 1, 2, 3, 4 e 5 a seguir, com a evolução do número de trabalhadores e estabelecimentos para o norte do Paraná. Os mapas evidenciam um forte crescimento tanto em número de estabelecimentos como trabalhadores para toda a área considerada. Mais ainda, verifica-se que além da ampliação numérica, ocorreu maior dispersão da localização das indústrias de transformação por todo o norte do estado. Isso se deve apenas à globalização? Ao neoliberalismo? Reestruturação produtiva?

É necessário explicitar que esse forte incremento produtivo industrial no norte do estado ocorreu a partir de investimentos locais e regionais, além é claro, de transferências industriais. No conjunto, a maior participação foi dos investimentos locais e regionais oriundos da pequena produção mercantil, isto é, das atividades

urbanas e rurais exercidas por seus proprietários, que foram transferidas para a atividade industrial seja como expansão dos negócios ou como mudança do ramo de atividades. Processo esse que passou a ser realizado a partir dos anos de 1970 e com mais destaque ao longo dos anos de 1980, como uma das formas de superar as adversidades criadas pela fase recessiva da economia nacional.

Assim, há que se fazer referência à reestruturação produtiva, como forma de explicar que as atividades produtivas não se realizam acorde ao sistema produtivo dito hegemônico como o toyotismo, mas em uma combinação de técnicas de diferentes sistemas. Isto se expressa em Jaguapitã, localizada no norte do estado, configurando-se como o terceiro maior centro nacional na produção de mesas para bilhar. Essa produção, no entanto, é realizada mediante baixa composição orgânica do capital, onde um trabalhador é responsável por todas as etapas da fabricação das mesas mediante total conhecimento do processo, contando com equipamentos muito simples. Em Loanda, localizada no extremo noroeste da rede urbana do norte do Paraná, ocorre um forte processo de produção industrial de metais sanitários, de origem local onde os sistemas produtivos são bastante simples. Por outro lado, plantas industriais oriundas de transferências, embora em número menor, passaram a ser instaladas nas cidades do norte do estado com mudanças em seus sistemas produtivos, associando tanto elementos do sistema organizacional toyotista como fordista. Mas, outras unidades produtivas presentes na área desempenham suas atividades mediante fortes investimentos em inovações e combinam técnicas produtivas ditas hegemônicas.

REDE URBANA NORTE-PARANAENSE E PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Tendo em vista a significativa expansão da produção industrial no norte do estado, importante se torna a análise de como esta produção altera a rede urbana norte-paranaense, mediante diferentes processos para a re-inserção dos núcleos urbanos na divisão territorial do trabalho.

Essa busca está correlacionada ao processo de desconcentração industrial que há várias décadas vem ocorrendo no país, às transferências industriais, à implantação de novas unidades produtivas mediante investimentos locais e/ou regionais, à expansão de produções industriais pré-existentes, dentre outras.

Inúmeras bibliografias dão conta de explicar que a produção industrial está muito mais dispersa pelo país do que estava há duas décadas atrás, inclusive aí alguns dos problemas do desenvolvimento industrial nacional que permitiram maior presença das mesmas no interior brasileiro.

Nesse contexto é preciso entender a rede urbana articulada à produção industrial, questão esta há muito já colocada por Corrêa (1989) quando nos fala da rede urbana e da divisão territorial do trabalho. Aqui dá-se atenção especial na participação da rede urbana paranaense mediante a produção industrial propriamente dita, que está dispersa pelos núcleos da rede em seus diferentes níveis de centralidade, gerando inclusive especialização produtiva industrial em cidades pequenas.

Na medida em que processos gerais foram incidindo na rede, emergiu uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares. Desse modo, o primeiro aspecto a considerar é a sua inserção na divisão territorial do trabalho. O processo geral da modernização da agricultura brasileira

ao atingir os municípios da rede provocou uma diversidade produtiva, tendo como uma de suas expressões a implantação de complexos agroindustriais submetidos à lógica da produção e reprodução do capital industrial. Internamente à rede, áreas foram reincorporadas à produção de soja-trigo, cana-de-açúcar, pecuária bovina, avicultura, entre outras tantas.

A modernização, no entanto, não foi extensiva a toda a rede, deixando à margem áreas que do ponto de vista do capital não garantiam naquele momento, condições vantajosas para taxas de lucratividade mediante inversões realizadas. Estas áreas estão à espera de terem suas potencialidades valorizadas pela incidência de outros processos, que gerarão outras singularidades.

Nesse encaminhamento há que ser referida a percepção e ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades. Isto é importante, porque a industrialização instaurada na rede urbana não foi resultado da transferência de setores paulistas, ou comandada pela indústria paulista, mas um desenvolvimento próprio que para alguns setores acabou se tornando, inclusive, competitivo com aquele similar metropolitano paulista. É neste conjunto que temos cidades com um setor industrial numericamente expressivo, conforme os mapas de 1 a 5, como em Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Marialva, Maringá, Paranavaí, Cianorte e Umuarama. Mas é importante referenciar que outras cidades do estado que também passam por forte expansão da produção industrial como Toledo, Cascavel, Francisco Beltrão, União da Vitória, Terra Roxa.

Simultaneamente a esta densidade produtiva instaurada na rede urbana, ocorreu ainda a melhoria geral da circulação, en-

quanto etapa necessária entre produção, distribuição e consumo. O que ocorreu foi uma crescente complexidade funcional dos centros urbanos traduzida agora em enormes diferenciações entre as cidades, manifesta na emergência de várias cidades especializadas – tanto em produção industrial como em serviços – na transformação de núcleos em reservatórios de força de trabalho rural; em cidades que colocaram-se como reguladoras e controladoras de parte da produção agrícola, em metrópoles, em cidades que gradativamente ganharam novas funções vinculadas ao comércio e serviços. Outros centros perderam parte de suas funções e potencialidades funcionais latentes emergiram ou foram criadas (CORRÊA, 1997). Mas como a produção industrial altera a rede e a re-inserção os núcleos urbanos?

Essa expansão geral articula-se a dois processos: reinvestimentos de capitais locais/regionais e a fatores locais para transferências e implantação de novas unidades produtivas de capital nacional ou internacional. Inclui-se a proximidade com São Paulo, maior mercado consumidor do país; proximidade com os países do Mercosul; oferta de infra-estrutura razoável para atendimento da demanda da produção; facilidades tributárias concedidas pelas prefeituras municipais e Estado; salários dos trabalhadores menores que nas metrópoles; relativa ausência de sindicalismo, dentre outros. Isto permite aos núcleos urbanos a oferta generalizada – em muitos casos – de empregos aos habitantes locais e por vezes daqueles que residem adjacente ao município.

A expansão da produção industrial gerou inclusive especializações produtivas em determinados ramos para várias cidades, sejam elas de nível muito fraco, fraco, médio para fraco de centralidade.

Loanda, localizada na porção extremo noroeste do norte do Paraná, é conheci-

da como cidade dos metais sanitários, colocando-se como a produtora de cerca de 700 mil peças/mês, o que significa cerca de 40% da produção nacional, só perdendo para Deca e Docol que individualmente tem forte controle do mercado interno, além de serem fortes exportadoras; gera cerca de 1500 empregos diretos na cidade que tinha uma população urbana de cerca de 19 mil habitantes.

Jaguapitã, localizada ao norte do Londrina, é a cidade das mesas para bilhar, colocando-a como núcleo urbano nacional com maior número de estabelecimentos (46), controlando cerca de 30% da produção nacional, ofertando 510 empregos formais diretos para uma população de 8.707 habitantes urbanos (VEIGA, 2007).

Apucarana, como a capital nacional do boné, produzindo cerca de 70% da produção nacional por intermédio de cerca de 320 estabelecimentos e aproximadamente 5 mil trabalhadores (VIETRO, 2006).

Arapongas, como a capital moveleira do Sul do país, ou o quarto pólo moveleiro nacional, gerando cerca de 7 mil empregos em 150 estabelecimentos, cuja produção destina-se prioritariamente ao mercado interno, voltados para uma população com baixo poder aquisitivo.

Cianorte, por sua vez, tornou-se a capital do vestuário, concentrando cerca de 380 estabelecimentos e gerando 3.200 empregos no setor. Uma produção diversificada que inclui além das grifes próprias criadas pelos empresários para distintos segmentos – moda praia, modinha, jeans, etc- que por vezes alcançam mercado expressivo com o é o caso da Pura Mania, tem-se ainda as facções ou terceirização de mão-de-obra para grifes como Pierre Cardin, Zoomp, Fórum, Ellus, etc. (FRESCA, 2004 a)

Terra Roxa tornou-se a referência da moda bebê; Paranavaí e Cianorte também são os locais de agroindústrias da mandioca; Campo Mourão reconhecida uma

cidade de forte produção agroindustrial gerando cerca de 4 mil empregos via Coamo e suas coligadas, mas é o lugar onde amplia-se a produção de equipamentos odontológicos e hospitalares.

Não se deve esquecer, entretanto, a forte produção industrial dispersa por todo o norte do Estado vinculado aos complexos agroindustriais, sejam eles de sistemas cooperativos ou da iniciativa privada de capital nacional ou internacional que responde por significativa participação na geração de renda, empregos, no PIB estadual, nas exportações do estado, dentre outras. Caso contrário não poder-se-ia entender o Paraná - e o norte do estado com importante presença de abatedouros avícolas como Comaves, Big Frango, Seara, Jaguafrango, Avebom, etc- como primeiro produtor nacional de frangos de corte; da produção sucroalcooleira no norte do estado como segunda colocada no ranking nacional de produção de açúcar e álcool; da participação na produção e transformação da soja; dentre outras tantas.

As especializações produtivas industriais não implicam em exclusividade de produção, muito pelo contrário, pois os núcleos urbanos citados contam com diversidade produtiva industrial, mas em escalas bastante distintas.

Essa produção industrial resulta aos núcleos urbanos interações espaciais (CORRÊA, 1997) bastante complexas que os inserem em redes diversas de aquisição de matéria-prima, comercialização da produção, reinvestimentos do setor, cujas escalas alcançam mercado nacional e por vezes exportação. Nesse sentido, núcleos urbanos com nível muito fraco de centralidade, onde a distribuição de bens e serviços atende basicamente as necessidades vitais da população local, estão inseridos em outras redes muito mais amplas e complexas. Desta forma registra-se a necessidade de novas pesquisas em direção a entender a

dinâmica da produção industrial e suas articulações com as cidades, independente de seus níveis de centralidade.

Em uma rede urbana densa, complexa e diversificada como é a norte-paranaense torna-se fundamental analisar os diferentes processos de industrialização, comparando-se por exemplo, Londrina e Maringá e sua importância na dinâmica econômica urbana de cada uma delas, que até hoje carecem de estudos sobre tal temática; estudar os processos de transferências industriais ocorridos em núcleos da rede urbana, especialmente os de menor nível de centralidade e seus impactos na dinâmica urbana, dentre outros.

SINDICALISMO E CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

Neste item chama-se a atenção para uma outra possibilidade de análise geográfica vinculada à economia contemporânea, que é a discussão sobre como a expansão industrial tem implicado em mudanças nas relações capital-trabalho e nas condições de vida de seus trabalhadores. Posto de outra forma, necessário pesquisar se essas atividades produtivas estão possibilitando aos trabalhadores num momento de profundas transformações na economia nacional, condições de enfrentamento e resistência. Evidente que na análise geográfica torna-se importante discutir condições de vida, ao invés de qualidade de vida para não cair em armadilhas de subjetividades. Há que se pesquisar a ação dos sindicatos dos trabalhadores na indústria como uma possibilidade de entendimento do confronto capital-trabalho, num momento em que a economia, mediatizada por forças do capital hegemônico financeiro internacional, tem imposto ao governo nacional brasileiro severas reformas trabalhistas com perdas sucessivas aos trabalhadores; com perdas

sucessivas da ação sindical, mesmo que o atual governo tenha uma forte base sindicalista.

Na perspectiva de chamar a atenção para a realização de pesquisas sobre tal aspecto, o mapa com a localização dos sindicatos presentes no Norte do Paraná em 2008 e suas áreas de atuação, permite verificar uma relativa fraqueza da presença dos mesmos. Dos 13 sindicatos de trabalhadores da indústria de transformação na área, a grande maioria (11) estão ligados aos gêneros alimentícios confecções e construção civil. Setores dinâmicos como o metal-mecânico tem sindicatos em Londrina e Maringá, a partir dos quais a atuação ocorre em todos os municípios da área, mas apresentam pequeno número de afiliados e a ação sindical se faz de modo bastante restrito.

Também é evidente que a maior presença dos sindicatos se faz na porção central do Norte do Paraná, onde está a maior concentração de indústrias e trabalhadores, que pode ser visualizado no mapa com o número de trabalhadores e estabelecimentos industriais de 2006. Pesquisas de campo realizadas junto aos sindicatos demonstraram, que os mesmos não tem conseguido uma atuação que permita maiores ganhos aos trabalhadores. Em outras palavras, as relações entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal, estão em um embate constante quanto aos acordos coletivos de trabalho; outro fato explicado pelos dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores é a pouca procura para se sindicalizar, devido a pressões e ameaças de demissões sofridas dentro das indústrias.

Neste percurso a média salarial dos trabalhadores não ultrapassa R\$ 600,00 mensais e os sindicatos buscam compensações para este fracasso, oferecendo convênios médicos, odontológicos, etc. a um custo médio de 2% de contribuição mensal do

valor do salário. É salutar dizer que estes “benefícios” oferecidos pelos sindicatos deveriam fazer parte das reivindicações da classe trabalhadora frente os industriais, porém como ressalta Rodrigues (1999) os sindicatos vivem hoje uma situação de extrema dificuldade, aferida pela queda do número e da proporção de trabalhadores sindicalizados, indicando um enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como um todo. Deste modo, Santana (200, p. 18) nos coloca que “[...] os trabalhadores tem visto seus direitos serem grandemente restringidos ao redor do globo. O Brasil não está fora desse quadro. Afoitos seguidores das vogas internacionais, nossos governos e elites têm se esmerado em dar sua cota de contribuição ao desmantelamento das formas anteriores de proteção aos trabalhadores [...]”.

Na ótica do capital, a partir da década de 1990, ocorreu de modo intenso a implantação das políticas e medidas neoliberais no país, conformando um sistema progressivo de novas sinergias para a valorização capitalista, principalmente em sua forma fictícia, como atesta a alta rentabilidade dos bancos nos anos 1990. Entretanto, as políticas neoliberais e o novo complexo da chamada reestruturação produtiva conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, degradando-a, tanto no sentido objetivo - no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho - quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe.

Segundo Alves (1995, p. 109), nesta década ocorreu uma implosão dos núcleos mais organizados da classe, com importantes categorias de operários e empregados organizados tornando-se objeto de uma nova ofensiva do capital. É o caso, por exemplo, das categorias de metalúrgicos e bancários, que se destacaram nos anos 1980

como vanguardas da resistência sindical.

As bases sindicais de tais contingentes de trabalhadores assalariados, categorias importantes para a dinâmica da luta de classes no país, tiveram no decorrer dos anos 1990 perdas significativas de postos de trabalho, seja devido à nova ofensiva do capital na produção, seja devido à política neoliberal (ALVES, 1995, p. 109).

O autor em tela diz que na verdade não é que a classe tenha se fragmentado, no sentido empírico, apesar de que o mundo do trabalho tenha assumido, em termos objetivos, uma feição mais heteróclita e segmentada, ressaltando os contrastes ocupacionais, profissionais e de qualificação. O que ocorreu foi a dispersão de seus coletivos organizados, bases sindicais militantes e organizações por local de trabalho, possuidores de uma experiência de luta de classes, desmonte e precarização das condições de trabalho e do estatuto salarial. O potencial de mobilização e luta sindical, apesar de vigoroso em algumas categorias mais organizadas, não conseguiu ter a mesma eficácia do movimento sindical de momentos históricos anteriores.

Estes processos no Norte do Paraná apresentam diferenças a começar pelo fato de ser relativamente recente o processo de expansão do setor industrial. Mesmo naqueles de bens de consumo não duráveis presentes na área desde os anos de 1960/1970, não ocorreu importante atuação dos sindicatos dos trabalhadores. Indústrias transferidas após 1990 para a área, também se beneficiaram da relativa ausência da ação sindical, sendo este um dos fatores levados em conta pelas empresas na escolha locacional.

Assim, destacam-se os questionamentos em relação aos motivos pelos quais a representação sindical dos trabalhadores na área em tela ainda é bastante restrita. Como ocorrem as relações políticas entre os trabalhadores e seus sindicatos? Como

são discutidos e negociados os reajustes salariais e outras garantias trabalhistas? Quais as implicações da baixa remuneração salarial na dinâmica urbana?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das importantes perspectivas de análise geográfica da economia atual no interior paranaense diz respeito ao entendimento do processo de industrialização que vem ocorrendo desde os anos de 1980, mas com maior intensidade após os anos de 1990. Processo que tem sido realizado a partir de dois caminhos: um é resultante das transferências industriais e o outro é de investimentos locais e regionais. O interior do Paraná tem sido bastante dinâmico na sua re-inserção na divisão territorial do trabalho mediante produção industrial, para a qual tem contribuído grandemente sua localização estratégica em direção ao Mercosul, estruturas privadas e instituições públicas de capacitação da força de trabalho, infra-estrutura, dentre outros.

Fundamental ainda nas análises são as alterações que tais produções tem imposto às cidades da rede urbana, verificando-se em primeiro lugar uma expansão na oferta de emprego com ligações diretas no consumo; nas alterações das atividades das cidades, onde muitas se tornaram especializadas em certo tipo de produção industrial. A especialização entendida como a participação da cidade, mediante suas empresas, na produção nacional, na geração de empregos para parcela considerável da força de trabalho, na geração de impostos e rendas.

Nesse contexto se tornam necessárias pesquisas que procurem desvendar os caminhos destas alterações na re-inserção das cidades na rede urbana mediante produção industrial. Igualmente entender o significado da ampliação da produção industrial em diferentes cidades: como

estão sendo realizadas as interações espaciais? a produção industrial tem imposto novas demandas às atividades comerciais e prestadoras de serviços? Quem e como tem sido atendidas as demandas? Quais as repercussões que estas alterações tem provocado na reestruturação interna da cidade?

Esses questionamentos são importantes para que se realizem trabalhos desvendando a complexidade da urbanização brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, 2002.
- BNDES. **A privatização no Brasil: 1990-1994/1995-2002**. Estudos Especiais. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações. Acesso em jul. 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais**. Brasília: MTE, 1985-2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FRESCA, Tania Maria. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferências industriais e estratégias de crescimento. **Ciência Geográfica**, Bauru, v.10, n.3, set./dez. 2004.
- _____. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004 a.
- _____. A rede urbana norte-paranaense: de um padrão tipo christalleriano à uma condição de diversidade e complexidade. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. S. (Org.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: Eduel, 2002.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBSBAWN, E. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LENCIONE, S. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, 1994.
- LENIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1989.
- MAMIGONIAN, Armen. Neoliberalismo X projeto nacional do mundo e do Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 6, p. 15-23, 2001.
- PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Texto para discussão n. 633. Brasília: IPEA, 1999.
- RANGEL, I. **Economia**: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- VEIGA, Leila Aparecida. **Jaguapitã - PR**: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina.
- SANTANA, M. Aurélio. Ensaio bibliográfico: trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> >. Acesso em fev. 2008.
- SANTANA, M. A. **As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva**: análises e propostas. Porto Alegre: Sociologias, Porto Alegre, jul/Dez 2000.
- VIETRO, Anderson de F. **O processo de industrialização de Apucarana**: a capital nacional do boné. 2006. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UEL, Londrina.
- SANTOS, Antonio J. V. **Núcleo de estudos da contemporaneidade**. Disponível em < www.uefs.br/dchf/nuc.html > . Acesso em jun. 2008.

(Recebido em 11/07/2008 e aceito para publicação em 02/11/2008)